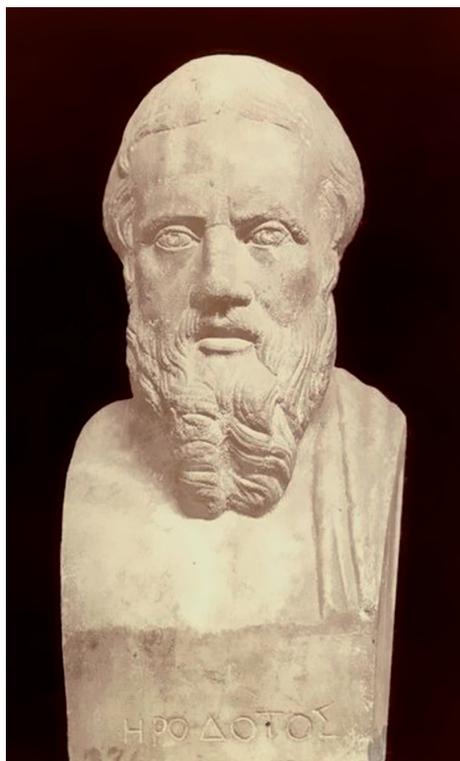


Oficina de lições, fonte de sabedoria: fundamentos clássicos das narrativas históricas modernas



Bustos de Heródoto e Tucídides.

Marcos Antônio Lopes

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *Historiadores de nosso tempo* (em coautoria com Sidnei Munhoz). São Paulo: Alameda, 2010. malopes@uel.br.

Julio Bentivoglio

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Autor, entre outros livros, de *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura* (em coautoria com Adriana Campos, Antonio Gil, Gilvan da Silva e Maria Beatriz Nader). Vitória: GM Editora, 2012. juliobentivoglio@gmail.com.

**Oficina de lições, fonte de sabedoria:
fundamentos clássicos das narrativas históricas modernas***

Workshop of lessons, source of wisdom:
classical foundations of modern historical narratives

Marcos Antônio Lopes

Julio Bentivoglio

Resumo

O artigo discute os fundamentos da *Historia magistra vitae* – evidentes em autores antigos como Tucídides, Tito Lívio e Tácito –, caracterizando-a a partir de alguns de seus praticantes na Época Moderna – Maquiavel, Bodin, Mably, Fénelon –, como também à luz das considerações de teóricos contemporâneos, entre os quais François Hartog e Reinhart Koselleck. Nossa intenção foi apresentar os contornos de uma história exemplar, cujos modelos inspirariam gerações de historiadores, ao menos até o alvorecer do século XIX, quando a crítica documental e o desenvolvimento da ciência histórica marcaram o ocaso de um dos mais longevos regimes de historicidade.

Palavras-chave: História do Pensamento Histórico; Cultura Histórica; História Moderna.

Abstract

*The article approaches the theoretical foundations of *Historia magistra vitae* as used by ancient authors as Thucydides, Livy and Tacitus. That concept is hereby characterized as their major representatives in the Modern Age (Machiavelli, Bodin, Mably, Fénelon) understood it but also under the light of contemporary theorists as François Hartog and Reinhart Koselleck. One intends to present here the traits of a exemplary history whose models have inspired successive generations of historians, at least until the beginning of 19th Century, when the criticism of sources and the development of historical science has collapsed one of the longest regimes of historicity ever.*

Keywords: History of Historical Thought; Historical Culture; Modern History.



*Este texto foi escrito em meio às atividades de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (História Social das Relações Políticas). Os autores agradecem ao PPGHIS como também a leitura crítica de Marcelo de Mello Rangel.

Concepções da história como “mãe da sabedoria” e “mestra da vida” cruzaram os séculos tendo povoado de máximas morais e princípios de comportamento político uma longa tradição literária. Mas, em algum ponto de desenvolvimento da cultura histórica ocidental, essa tradição foi rompida, superada e abandonada. De fato, as formas de pensamento histórico contemporâneas deixaram de admitir uma natureza humana insensível a

mudanças, cuja notável estabilidade faria dela algo semelhante a si mesma em todos os tempos. O advento das sociedades de massas ocorrido entre os séculos XIX e XX desestabilizou a crença na possibilidade de reutilização de atitudes gloriosas dos varões insignes de Plutarco, conforme percebido e assinalado pelo filósofo teuto-americano Leo Strauss.¹ Em nosso mundo, o papel central de individualidades excepcionais não passa de uma imagem embaçada nos retrovisores da história. Ademais, nosso contexto de aceleração do tempo histórico deixou-nos imersos na “modernidade líquida” agudamente conceituada por Zygmunt Bauman.² Em nossa época, vemos tudo se transformar em alta velocidade. Metaforizando um pouco, a passagem do tempo parece possuída pela fúria de cupins. Com efeito, mal nossos conhecimentos são adquiridos, e logo se encontram carunchados por incontável ação corrosiva. Tudo se transforma a tal ritmo e em tantas direções que fica realmente impossível justificar qualquer possibilidade de reutilização de exemplos passados para a vida no presente. Sem dúvida, essa velocidade desenfreada de nosso tempo provoca sensações de estranheza, mormente quando nos situamos em face de estilos antigos de escrita e de pesquisa históricas, o que, por via do contraste, não deixa de ser bom para o estímulo à reflexão. Sob o impacto de nossas novidades múltiplas, imprevisíveis e até mesmo avassaladoras, algumas antigas formas de conceber o passado despertam a curiosidade para o tema da história como fonte contínua de reutilização dos ensinamentos de autoridade.

Sentidos da exemplaridade e formas da história na Época Moderna

Mesmo hoje, e sem desconsiderar tantos aperfeiçoamentos cumulativos, a história não deixou de gravitar em torno de certos compromissos antigos, como aqueles tecidos em torno da arte narrativa. Tanto assim que grandes livros de história são reconhecidos também por suas virtudes estilísticas, em termos de uma sofisticada lapidação de linguagem, imagens e sintaxe. Hoje em dia, paralelamente ao valor conferido a aparatos de erudição e demais recursos deslocados pelo historiador em suas pesquisas, entrou também em cena a importância decisiva de seu domínio em face de conceitos que o auxiliem a explicar as complexas realidades dos fenômenos históricos. Mas, em tempos idos, e aqui falamos de séculos distantes, o predomínio das grandes lições morais e a soberania do *ornatus* nas narrativas históricas encobriam ou simplesmente ignoravam uma série de exigências vistas hoje como corriqueiras na pesquisa acadêmica. A presença de provas documentais consistentes, por exemplo, era algo dispensável, e a utilização de conceitos explicativos dos fenômenos descritos pelos narradores situava-se ainda no plano de um grau zero. Por isso mesmo que apraz a historiadores como Jacques Le Goff reproduzir o anedótico caso do abade Vertot, aliás, suficientemente ridicularizado desde os tempos de Voltaire. Consta que o referido clérigo, exemplo clássico de historiador à *l’Ancien Régime*, ao ser apresentado à documentação inédita sobre o seu tema histórico, a saber, o cerco dos turcos-otomanos ao Mediterrâneo, recusou-a de modo veemente. Tendo concluído sua obra sobre o cerco de Rodes pelos turcos, e sendo-lhe apresentados novos testemunhos, teria disparado: “O meu cerco já está feito”.³ Essa historietta é aqui lembrada por ser ilustrativa acerca do divórcio entre a erudição e a escrita da histó-

¹ Ver STRAUSS, Leo. *What is Political Philosophy?*. Nova York: Free Press, 1968.

² Ver BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³ LE GOFF, Jacques. História. In: *Memória—História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 229.

ria na Época Moderna, posto que os historiadores investiam seus talentos em explorar outros fundamentos em suas narrativas. Evidentemente, as narrativas históricas dependiam de quem as concebesse com certa frequência, como também de quem as apreciasse como objeto de consumo, isto é, de fruição. Nas culturas literárias do Antigo Regime europeu, os livros de história ficavam sob abrigos seguros, e isso tanto pelo empenho de seus transmissores regulares quanto pela disposição de seus receptores. Esses atores interagiam no interior de padrões reconhecidos de linguagem e de estilo e, por consequência, criaram as condições que permitiram a continuidade sem flutuações da sólida tradição europeia de se escrever história.

A narrativa histórica era uma forma de escrita tendente à descrição de grandes episódios, frequentemente relacionados a povos importantes ou a homens fora do comum. O traço distintivo das narrativas históricas modernas é que retratavam o passado sem se aplicar em compreender os fenômenos nos seus fundamentos históricos e, assim, torná-los inteligíveis em se próprio mundo. Os autores de narrativas históricas nos séculos do Antigo Regime tinham como preocupação dominante apresentar seus textos em prosa agradável ao leitor; um palavrório envolto em fórmulas laudatórias antes que escrutínio de realidades passadas. Por isso a concentração dos esforços na composição elegante, que se sobrepunha a compromissos com a veracidade dos eventos narrados. Assim sendo, narravam-se episódios selecionados na intenção de impactar a imaginação do público. O maior interesse concentrava-se na grandeza moral que se poderia explorar nos eventos dignos de memória. Daí derivava as alianças com a arte retórica, comumente invocada como um recurso adicional, destinado a polir e a embelezar a matéria da exposição. Metaforicamente falando, as narrativas históricas da Época Moderna assemelhavam-se a prados floridos. Aos autores interessava produzir efeitos semelhantes aos fogos de artifício, encantando pela complexidade de matizes. Assim, se fosse alcançado êxito em tal empresa, o resultado certo seria a nobre edificação moral, para o trânsito das pessoas instruídas em todas as esferas da vida.

A história analógica à *l' Ancien Régime* não se ocupava das relações tecidas entre os personagens do passado e a realidade por eles vivida. E o documento histórico por excelência no gênero eram os feitos de memória passíveis de operações reguladoras por parte do historiador. De tal propósito derivou a reconhecida tendência em desfilar hipérbolos ao redor de algumas individualidades marcantes do passado. Assim é que os eventos providos por tais personagens eram arranjados na narrativa com o fito de engendrar imagens cintilantes. Mesmo que os personagens tivessem visado a fins específicos com as atitudes com que se fizeram dignos de recordação, tais atitudes eram remanejadas em sentidos considerados oportunos ao narrador. Daí a liberdade mais ou menos elástica para o incremento de remodelações e de ornamentações nas atitudes e nos discursos dos homens célebres. Com as suas deformações devidamente calibradas pelos recursos da *ars rhetorica*, a narrativa histórica deveria ser, sobretudo, um estímulo à imaginação. Por isso mesmo, não se pode dirigir aos historiadores do Antigo Regime a queixa de que estiveram desatentos em compreender os personagens do passado em seus próprios termos. Se não gastaram munição em ressitua-los em seus respectivos horizontes históricos, é porque consideraram mais apropriado “ressuscitá-los”, para fazê-los reviver no presente como fontes de lições morais.

De fato, por séculos vigorou a crença de que as grandes ações do passado poderiam orientar o presente, como se se tratasse de uma bússola moral destinada a estabelecer a melhor forma de conduta dos grandes homens em seu próprio espaço de experiências.⁴ E isso muito provavelmente porque as narrativas históricas eram escritas sob a frequente inspiração de interesses dos governantes. Em boa proporção, tais narrativas eram mesmo encomendadas por reis ou príncipes, prestando-se a justificar e a legitimar parte de seus interesses mais imediatos. Ao longo do Antigo Regime foi muito comum o fato de alguns autores de narrativas históricas integrarem a elite política e intelectual para a qual compunham seus textos. Em tal ambiente, quase nunca era possível preservar uma consciência crítica dados os compromissos e interesses comuns dos intelectuais e do poder. Nessas ocasiões esperava-se da história, sobretudo, lições de edificação moral para orientar os passos dos grandes homens.

Da Atenas de Tucídides à França de Voltaire, os exemplos de feitos passados grandiosos formaram as bases do pensamento histórico ocidental. E a referência aos exemplos na arte de narrar acontecimentos históricos alcançou um término mais visível quando do advento de fatos culturais inéditos e desestabilizantes de seu predomínio nas narrativas históricas modernas. Os historiadores da historiografia demonstram que isso ocorreu nos inícios da era industrial. De todo modo, a intensidade do antigo senso de que a história deveria ser um reservatório de sabedoria para a vida prática revela uma enorme capacidade de durar. Curiosamente, é possível vislumbrar a persistência de referências da história como mestra da vida mesmo ao longo do século XIX, em que a análise do passado carregava ainda juízos e impressões morais. Um caso exemplar a esse respeito é o do alemão Friedrich Christoph Schläsler, professor da Universidade de Göttingen, cujo modelo continuava a ser, de certo modo, Cícero.⁵ Com Schläsler, já estamos em pleno século XIX, mas diante de uma história ainda concebida como a oficina onde se forjariam lições úteis para a vida. O gênero *Historia magistra vitae* não perdera por completo o seu vigor. Hoje em dia, a história como mestra da vida sobrevive apenas como simples fragmento na superfície rasa de um senso comum quase sempre mecânico, que não perde a oportunidade de sacar exemplos supostamente orientadores de ações positivas e eficazes. Nossas campanhas políticas são particularmente ricas a esse respeito, sendo que até cenas bíblicas costumam ser exploradas como lições aplicáveis para a promoção do bem público. Eis, portanto, esforços de reciclagem forçada de grandes exemplos, efeitos de uma necessidade que desconhece leis, conforme já diziam os antigos.

Um aspecto central a se considerar, no que diz respeito aos protocolos discursivos das narrativas históricas da Época Moderna, é o recurso à eloquência e à retórica, expedientes obrigatórios nos livros antigos. De certo modo, a presença desses expedientes nos textos dos séculos XVI e XVII expressa a tensão entre a racionalidade e a sensibilidade, que era uma das marcas registradas do discurso histórico. Os elementos que compunham a *ars rhetorica* daqueles tempos serviam como instrumento eficaz a preencher o vazio deixado pelo aspecto catártico exigido nos demais gêneros narrativos, vistos como mais elevados pelos antigos, segundo a prescrição fundadora de Aristóteles. Essa necessidade de angariar respostas afetivas explícita a dimensão meta-histórica sugerida por Koselleck, coadunando-se, sobretudo, na oposição existente no par amigo-inimigo.⁶ Toda história,

⁴ Ver GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de aprender com a história. In: *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999 e RANGEL, Marcos de Melo. Algumas reflexões sobre a ciência histórica a partir de Hans Ulrich Gumbrecht. *Revista Pontes*, n. 20, 2010.

⁵ Ver SCHLÖSSER, Friedrich. *Geschichte der bilderstürmenden Kaiser des oströmischen Reichs (História dos Imperadores iconoclastas do Oriente)*. Frankfurt: Barrentrapp und Sohn, 1812.

⁶ Ver KOSELLECK, Reinhart e GADAMER, Hans-Georg. *História y hermenêutica*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

⁷ Ver HARTOG, François. Os antigos diante deles mesmos; o caso grego: do *ktêma* ao *exemplum* passando pela 'arqueologia'. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003 e HARTOG, François. Chateaubriand: entre l'ancien et le nouveau regime d'historicité. In: *Regimes d'historicité. Presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

⁸ Basta ver as recomendações de dois autores setecentistas: as de Voltaire, tanto no verbete História do *Dicionário filosófico*, quanto no *Ensaio sobre os costumes* (1753), e as de Chladenius em sua crítica dos pontos de vista (1752). Ver VOLTAIRE. História. In: *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Coleção Os pensadores) e CHLADENIUS, Johann Martin. *Ciência histórica universal* [1752]. Campinas: Unicamp, 2013 (no prelo).

⁹ Ver DROYSEN, Johann G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009 e NIEBUHR, Barthold. *Römische Geschichte (História Romana)*. Berlin: s.n., 1811-1812, 2 v.

¹⁰ Ver, sobretudo a Introdução da *História Romana*, de Niebuhr (1811-1812), e a *Historik*, de Droysen (1858).

¹¹ Ver HUMBOLDT, Wilhelm von. A tarefa dos historiadores. In: MARTINS, Estevão R. (org.). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

¹² Ver BERNHEIM, Ernst. *Introduction al estudio de la historia*. Barcelona: Labor, 1937.

¹³ Ver RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 2011.

ao inserir os indivíduos em determinados lugares, retratando suas ações e o desdobramento destas no curso dos eventos narrados, destacava essa dimensão afetiva. Um nós a diferenciar-se dos outros. Na Época Moderna, apelou-se cada vez mais para construções narrativas mescladas de crítica e de razão, nas quais o convencimento obtido pela eloquência lentamente perdeu espaço para a exposição lógica e refletida, agora amparada no exame das fontes. O declínio da *ars rhetorica* no discurso histórico passou a ser inversamente proporcional ao desenvolvimento da empiria e da crítica. Sendo assim, poder-se-ia falar da própria transformação da natureza retórica nos textos históricos. Na atualidade, referir-se a regimes de historicidade implica, necessariamente, pensar na ampliação do espaço ocupado por "regimes de cientificidade".⁷

Entretanto, o nascimento desses regimes de cientificidade já pode ser detectado em dois momentos da reflexão histórica moderna: primeiramente, na recusa de Voltaire e de Chladenius aos modelos vigentes de se escrever a história, recusa pela qual expressaram a reivindicação de uma crítica sobre os testemunhos e a busca por evidências empíricas.⁸ Em seguida, no aperfeiçoamento da crítica documental alemã, sobretudo com Niebuhr e Droysen, quando desenvolveram o método histórico compreensivo.⁹ O cuidado maior nesse trabalho de crítica e interpretação residiria, sobretudo, no combate aos anacronismos e na ênfase sobre a compreensão do passado, que não mais serviria para entender o presente, ou mesmo para oferecer modelos à atualidade. Em suas perspectivas historicistas, Niebuhr e Droysen insistiram nas diferenças havidas entre os homens do passado e do presente.¹⁰ Seguindo esta nova trilha então aberta nos campos da história é que se verificou o desenvolvimento de uma história científica, campo autônomo do saber, apartado dos estudos filosóficos ou literários. E, *pari passu*, o encolhimento do uso e do apreço pelas formas da *História magistra vitae*. Essas tendências transformadoras do espaço de reflexão sobre a história surgiram com mais vigor, sobretudo, na Alemanha oitocentista. Elas provocariam um divórcio mais amigável entre a história e a literatura, visto os historiadores alemães não abandonarem as dimensões poética e narrativa em seus escritos. Observe-se as reivindicações de Ranke ou as demandas feitas por Humboldt.¹¹ Para ambos, a história seria ciência e arte a um só tempo. Note-se ainda a presença da narrativa nos estudos de Droysen, ou no manual de Ernst Bernheim.¹² Na França, por exemplo, o rompimento entre ambas foi bem mais categórico. E não constitui novidade o interdito lançado pelos historiadores franceses oitocentistas aos excessos literários e filosóficos presentes nos textos históricos, sobretudo pelos denominados metódicos. Mesmo para os historiadores românticos do século XIX, a história não poderia ressentir-se de base empírica como fundamento, ainda que mantivessem o apreço pelo estilo e pela eloquência em suas narrativas.

Diante de tais tendências, estava evidenciado um hiato entre as preocupações literárias e as exigências científicas, o que na França provocou a quase inexistência de reflexões sobre a escrita da história. Essa suposta resistência sistemática persistiria por longo tempo, de modo que o problema da narrativa como assunto de teorização surgiria somente a partir de finais dos anos 1970, com as reflexões de Paul Ricoeur.¹³ Como já afirmado, tal ruptura não se processou na historiografia alemã, na qual a exposição narrativa sempre foi uma das dimensões da reflexão histórica, ao lado da

heurística e da sistemática, e isto desde a célebre lição inaugural de Wilhelm von Humboldt intitulada “A tarefa dos historiadores”, proferida em 12 de abril de 1821, na Universidade de Berlim. Depois dele, de Johann G. Droysen a Jörn Rüsen, é comum vermos nos estudos devotados à *Historik* (Teoria da História) um capítulo específico sobre a exposição narrativa. Em sua complexa teoria da matriz disciplinar histórica Jörn Rüsen prescreve uma nova utilidade para a história, não mais exclusiva para os detentores do poder, mas como um *pharmakon* social: ela serviria para preencher de sentido as carências da vida prática. Em sua concepção quase estrutural da consciência histórica e da historicidade, a teoria da história passaria a ocupar o centro das reflexões historiográficas, e indicaria o quanto, em termos de doses corretas, a história seria capaz de harmonizar a racionalidade das ações no presente. A seu modo, Rüsen reconduz à história, embora discutindo especificamente a teoria da história, as funções caras aos antigos: a história possui uma função didática de orientação haja vista enraizar-se na vida prática.¹⁴

Tomando em perspectiva todos esses argumentos, refletir sobre as regras da *Historia magistra vitae* é mesmo um exercício intelectual que não deixa de ser difícil e cheio de riscos. Desse modo, torna-se necessário operar com conceitos adequados à reflexão histórica de sistemas de crenças predominantes em passados remotos, evitando as “facilidades do amálgama”, para utilizar uma expressão cunhada por um conhecido historiador.¹⁵ Também recorreremos aos conceitos propostos por especialistas do campo da história do pensamento histórico, como François Hartog e Reinhart Koselleck.¹⁶ Como ocorre com outras formas de discursos antigos, os discursos históricos da Época Moderna passam a ser significativos para o historiador quando se tornam inteligíveis no interior de uma cultura que não mais existe. De fato, a inteligibilidade da narrativa histórica de autores do Antigo Regime depende da compreensão de que eles prestavam tributo às convenções explícitas ou tácitas vigentes em seu tempo. Em vista disso, Maquiavel, Bodin, o nosso padre Vieira, Bossuet – assim como tantos outros autores de narrativas históricas dominadas por conteúdo político –, podem ser provocativos como autênticos mestres do passado, no sentido mais literal da expressão: o de nos permitir alcançar os sentidos das dimensões pouco usuais e seguramente menos atuais do pensamento histórico, mormente quando situadas em seu lugar de elaboração.

A nostalgia pelos antigos no pensamento histórico moderno

Acanhados quanto à percepção das diferenças impostas pelas alterações e mudanças proporcionadas pela passagem do tempo, já no adiantado Século das Luzes autores de livros de história ainda julgavam suas questões fundamentando-se na unidade dos tempos. A célebre Querela de Antigos e Modernos ocorrida na parte final do reinado de Luís XIV — e sabidamente fomentada por interesses régios, já que o centro da polêmica era saber quem teria sido o maior governante de todos os tempos —, é reveladora da revolta dos modernos contra seus antepassados culturais. Certamente, a Querela foi o primeiro foco de fissura mais sério a romper com a referida unidade dos tempos uma vez que ajudava a distinguir com nitidez as diferenças entre as idades da história. Mas não é demais lembrar que, já no século XVI, várias pequenas ondas de revolta opuseram os

¹⁴ Ver RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2003.

¹⁵ Cf. FURET, François. A história na Idade Clássica. In: *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s.d..

¹⁶ Sobre o tema deste artigo bem como sobre as reflexões de Hartog e Koselleck referentes ao mesmo, leia-se a oportuna contribuição didática de: ANHEZINI, Karina. *Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento* (um guia). Guarapuava: Editora Unicentro, 2009.

¹⁷ Ver MAQUIAVEL. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília: Editora da UnB, 1979 e MAQUIAVEL. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editorial, 1998.

¹⁸ Ver REYNOLDS, B. Introduction. In: BODIN, Jean. *Method for the easy comprehension of History*. Nova York: W.W. Norton & Company/Columbia University Press, 1969, p. XII-XIII.

¹⁹ ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

²⁰ Cf. BODIN, Jean, *op. cit.*, p. 13.

modernos contra os antigos. Maquiavel deu mostras desse temperamento crítico em relação a uma suposta superioridade dos antigos sobre seus contemporâneos.¹⁷ De fato, Maquiavel exortava para que não somente se admirassem como também se imitassem os antigos, o que não significa que tenha reconhecido nestes um valor a encobrir as virtudes dos homens de seu tempo. E também Jean Bodin que, em seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, considerou os antigos como fatores de notáveis descobertas, destacando-se particularmente em astronomia. Mas as pesquisas e as invenções de seu próprio tempo eclipsaram as conquistas da Antiguidade, conforme aponta Beatrice Reynolds ao analisar seu famoso livro em tela que, segunda ela, constitui-se no primeiro grande trabalho do humanista, fruto de uma maturidade intelectual que já estava consolidada aos trinta e seis anos de idade, quando a obra foi publicada. Naturalmente que em seu tratado sobre a história Jean Bodin incluiu a política, aliás, muita política. Por isso mesmo, não desconsiderou o valor pedagógico das biografias, por serem excelentes guias para a conduta, ao contribuírem com julgamentos de elevação moral.¹⁸ Segundo a tradutora da obra latina de Bodin para a língua inglesa, as Guerras Religiosas alteraram sensivelmente suas concepções políticas, fator que, entre os anos de 1566 e 1576, contribuiu para gerar um Bodin bifronte. De todo modo, seja em autores tão distintos como Maquiavel, como Bodin ou como Voltaire, fica evidente que o discurso político era uma das vocações da história, conforme acentuou Philippe Ariès.¹⁹ Em tal esquema discursivo a nota fundamental era sempre o grande homem, o que faz dessas histórias um desfile de hipérbolos em torno de personagens paradigmáticos.

De fato, ao analisarmos mais detidamente as concepções de história dos historiadores do Antigo Regime podemos ver como Ariès tinha razão. No pensamento histórico de Bodin, por exemplo, a política é especialmente abundante. As formas de governo e a sucessão dos regimes políticos formam um pilar estratégico de sua narrativa histórica. De modo consequente em tal discurso é o notável desempenho dos príncipes, eternos concorrentes em meio a suas jornadas pela competição do prestígio. Assim é que as virtudes de uns deveriam inspirar as atitudes de outros, numa infundável escalada rumo às conquistas e aos píncaros da glória. No “Preâmbulo” de seu *Método* (1566) Bodin informa que César derramou lágrimas quando, em suas leituras, percebera encontrar-se em idade avançada, mas sem poder exibir ainda qualquer conquista digna de reputação, ao passo que, em plena juventude, Alexandre já havia conquistado o mundo. Selim, príncipe da Turquia, era leitor atento das narrativas de César e, imitando seu herói romano, em pouco tempo abocanhara uma grande porção da Ásia Menor, além de partes da África. E o que dizer daquele que fora sempre o maior entre os incomparáveis, Alexandre da Macedônia? Despertou para suas conquistas ao ler a narrativa dos portentos de Aquiles nos textos de Homero! Ali percebera o modelo perfeito do general que desejaria ser. Dos tempos mais próximos a si mesmo Bodin saca o exemplo de um vulto que ensombreceu todos os seus contemporâneos: Carlos V. Lendo as *Memórias* de Philippe de Commines (1447-1511), entre os príncipes modelares da história europeia Carlos V descobrira Luís XI da França, exemplo a inspirar suas próprias ações.²⁰ Não há como negar: as narrativas históricas antigas importavam muito aos grandes homens, sobretudo como fontes de lições para a realização do bom governo. Por isso mesmo o historiador seiscentista

Luis Cabrera de Córdoba, em sua extensa *Historia de Felipe II*, esforçou-se para embelezar as façanhas de seu herói régio. Escrevendo para Felipe III (1619 é a data do primeiro dos cinco volumes de sua obra), neto de el-rey *Perfecto*, Cabrera de Córdoba estampou algumas lições acerca das “excelências da virtude e preceitos da vida na paz e na guerra” adotados por ele. Tudo segundo a sábia conduta do monarca, “que fez coisas admiráveis sempre atento à grandeza e à prudência”. Ao historiador da monarquia caberia a tarefa de servir a história grandiosa de Felipe como fonte de sabedoria, para exemplo e proveito de seu sucessor.²¹

De maneira semelhante a Bodin e a Cabrera de Córdoba procedeu, tempos depois, o clérigo setecentista Mably. Em seu *De l'étude de l'histoire*, obra dos finais do século XVIII (do ano de 1794, mais exatamente), ele dava lições ao príncipe de Parma, ensinamentos estes voltados para esclarecer-lhe quanto a procedimentos úteis acerca da validade intemporal das leis, dos costumes, dos vícios, das virtudes, enfim, de todas as tradições humanas concebidas como eternas fontes geradoras dos mesmos efeitos. Vejamos um trecho de sua preceptiva no capítulo primeiro intitulado “Que a história deve ser uma escola de moral e de política”, do livro acima referido: “De que interessa conhecer os erros de nossos pais se eles não servirem para tornar-nos mais sábios? [...] A história deve ser durante toda a sua vida a escola onde serás instruído acerca de vossos deveres”.²²

Isso soa perfeitamente natural em sua narrativa porque os princípios morais seriam fixos em todas as idades, uma sabedoria a ser apropriada com serventia à luz das necessidades do príncipe, para a realização do bom governo. Sendo assim, qualquer ação política estaria assegurada em seu êxito projetado, bastando aprender com os exemplos das coisas passadas. A principal conclusão das lições de Mably a seu aluno: ao príncipe caberia descobrir os princípios eternos que regem a política. Dessa forma, a política perderia todos os seus mistérios, passando a constituir para ele um campo de ações previsíveis e controláveis. Mas como lograr tal êxito na empresa? Mably respondia com presteza: aprendendo com os *exempla* de figuras emblemáticas em valor pessoal, o que já compunha o plano temático de Maquiavel, de Bodin e de tantos outros autores quinhentistas e posteriores. De novo em cena os feitos dos varões insignes dos quais Plutarco deixou vasta galeria em suas *Vidas paralelas*, e que os autores modernos não perdiam de vista.²³ Além de Mably, mas ainda no interior da tradição moderna da história como oficina geradora de lições, é possível destacar as reflexões de outro clérigo da república das letras na França absolutista, François Fénelon, o célebre moralista que recebeu de seus contemporâneos a alcunha de Cisne de Cambrai. A rigor, em suas reflexões intituladas “Projet d'un traité sur l'histoire” percebe-se o quanto as considerações de Fénelon, na qualidade de preceptor do filho do duque de Borgonha, carregavam em preceitos de ordem moral e pedagógica. Segundo ele, se um homem esclarecido se dedicasse a escrever sobre as regras da história, poderia acrescentar exemplos de virtude aos preceitos morais; poderia, inclusive, julgar os historiadores de todos os séculos. Assim sendo, seria levado a perceber que um excelente historiador é talvez ainda mais raro do que um grande poeta, como também observará, tempos depois, Gerwinus. Mas se de fato existem poucos historiadores que sejam isentos de defeitos, isso não deveria desencorajar a escrita da história, afirma Fénelon em seu plano. E os exemplos das coisas passadas na história dos povos e

²¹ Ver CABRERA DE CORDOBA, L. *Historia de Felipe II*. Madrid: Aribau y C.a., 1876, p. XV (Tomo I, Disponível em archive.org).

²² MABLY. *De l'étude de l'histoire: a Monseigneur le Prince de Parme*. Paris: Ch. Desbriere, 1794-1795, p.7 e 8 (Collection Complète des Oeuvres de l'Abbé de Mably, Tome Douzième). Disponível em archive.org. Ver também MABLY. *De la manière d'écrire l'histoire*. Paris: Ch. Desbriere, 1794-1795 (Collection Complète des Oeuvres de l'Abbé de Mably, Tome Douzième). Disponível em archive.org.

²³ Ver PLUTARCO. *As vidas dos homens ilustres*. São Paulo: Editora das Américas, s.d.

²⁴ “L’histoire est néanmoins très importante: c’est elle qui nous montre les grands exemples, qui fait servir les vices mêmes des méchants à l’instruction des bons, qui débrouille les origines, et qui explique par quel chemin les peuples ont passé d’une forme de gouvernement à une autre”. FÉNELON, F. *Projet d’un traité d’histoire*. In: *Lettre sur les occupations de l’Académie*. Paris: Delagrave, 1897, p.79.

²⁵ CÍCERO. *El orador*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

dos sistemas políticos não poderiam faltar numa narrativa histórica de real proveito, conforme se pode perceber no seguinte trecho de exortação do moralista francês: “A história é, contudo, muito importante: é ela que nos revela os grandes exemplos, que exhibe os vices dos maus para que os bons os conheçam, que explica as origens, e que ensina por qual via os povos passaram, de uma forma de governo a outra”.²⁴

De modo recorrente, e isso no livro de Mably, no breve tratado de Fénelon, como em muitos outros textos históricos da Época Moderna, a presença das preceptivas de matriz tucidideana soa como referência maior. E não somente pelo conteúdo político das experiências (note-se que quase sempre há a grave presença de um vulto da política em processo de formação intelectual e de caráter), mas ainda pelo pragmatismo das ações necessárias, ações a serem desencadeadas por parte daqueles a quem coube as responsabilidades da governação. Por meio de Maquiavel, de Bodin, de Fénelon, de Voltaire, de Mably e de muitos outros autores modernos, nota-se como os efeitos de exemplaridade dos eventos desencadeados por alguns próceres do passado preenchem o núcleo da narrativa histórica. Os acontecimentos descritos por narrativas à moda *Historia magistra vitae* destinavam-se a ser incorporados como aspectos de sabedoria, com o fito de gerar as atitudes recomendáveis e, assim, efetivar um programa eficaz de ação para a vida. Tal gênero de narrativa constituía-se, ainda, numa forma de aquisição de conhecimento destinada a tornar-se patrimônio intelectual e moral dos leitores. Os efeitos de exemplaridade deveriam ser incorporados à economia moral dos que se dedicavam à leitura dos livros de temas históricos, constituindo-se em cabedal para as gerações sucessivas. As várias posteridades extrairiam dos grandes episódios do passado as lições referenciais, devendo encontrar as formas adequadas de sua utilização. Ora, um dos fundamentos da história tucidideana é a concepção de uma natureza humana previsível haja vista ser dotada de traços permanentes. Como já referido, a natureza humana seria semelhante em qualquer parte e em todos os tempos. Por isso mesmo a história tornara-se o gênero narrativo destinado a ser “testemunha dos séculos” e “mensageira do passado”, segundo as expressões imortalizadas por Cícero no livro segundo de *Do orador*.²⁵ No fundo, os homens sempre se assemelham. Com a passagem do tempo os homens alternam-se posto que são mortais, mas não a essência da história. Os regimes políticos e as formas de governo também podem experimentar erosões, mas de uma forma ou de outra serão restauradas.

No entanto, é preciso sublinhar ainda que, em linhas gerais, as narrativas históricas da Época Moderna compunham-se de duas correntes distintas. De um lado, situava-se o aparato de erudição dos adeptos da *ars antiquaria* que, desde os séculos XV e XVI, desenvolveu-se pelos esforços de humanistas em algumas regiões da Itália e também na França dos Valois. Do outro, e em franca maioria, situavam-se os adeptos de uma narrativa livre de compromissos com evidências e provas. Não se constituindo ao longo da Época Moderna em matéria de ensino em nenhum nível escolar, a divisão da história nesses dois campos distintos e estanques foi uma consequência inevitável. Não havendo organização da matéria histórica que a tornasse passível de instrução regular, nem se constituindo em objeto mantido sob controle mais estreito de especialistas oficialmente reconhecidos, a história tornou-se campo livre para as mais diversas formas de incursão, demarcando amplo terreno para os louvores aos reis na época

do absolutismo.²⁶ A esse respeito talvez venham a propósito as considerações de Gervinus, ao argumentar que o exercício da escrita da história é incompatível com formas autoritárias do poder, energia paralisante da criatividade individual. “Por isso”, diz o autor, “ao lado de um Luís XIV, talvez possam existir poetas de algum valor, não, porém, historiadores”.²⁷ A influência do pensamento cartesiano também não pode ser desmerecida para explicar o pouco avanço do saber histórico uma vez que atuou negativamente, bloqueando a evolução das técnicas mais avançadas da pesquisa histórica.²⁸ Somente o desenvolvimento da análise de documentos históricos, como a *De re Diplomatica* (1681), de Jean Mabillon, e o surgimento da escola francesa de Chartres, alterariam esse panorama. Aos poucos, e isso por obra dos esforços preliminares de alguns estudiosos compenetrados, como os monges de certas ordens religiosas, a história tornar-se-ia um campo de investigação demarcado por regras reconhecidas por um grupo de profissionais.²⁹ No caso alemão, por exemplo, foi necessário o aparecimento da *Ciência histórica universal*, de Johann Chladenius, trabalho de 1752, para que surgisse a crítica de testemunhos e dos seus pontos de vista. Não seria ocioso recordar que, mesmo nos inícios do século XX, a falsidade e a mentira ainda eram preocupações constantes da crítica documental do historiador *annaliste* Marc Bloch.

Mas, de forma predominante, até os séculos XVII e XVIII os historiadores procuraram emular os grandes nomes da Antiguidade, ou mesmo os clássicos modernos reconhecidos como padrão elevado de moral e de estilo na vasta seara da *ars rhetorica*. Junto com Heródoto, Tucídides dominou a narrativa histórica nos séculos XVI e XVII, principalmente por ser fonte de um incontornável acento tônico lançado sobre as temáticas políticas. O historiador romano Tito Lívio foi outra influência de destaque no período. A propósito desse último, ele sempre foi uma referência mais elevada no complexo relevo das narrativas históricas da Época Moderna. Com efeito, seu incomparável estilo era objeto de imitação em diferentes regiões da Europa. Sua arte narrativa constituía-se, por assim dizer, no sonho de consumo mais visado pelos praticantes da *ars historica*.³⁰ Todos queriam ser Tito Lívio, e se esforçavam em meio a um competitivo e interminável certame, para cumular na atribuição dos pensamentos mais complexos a personagens sabidamente ignorantes, tudo pelo prazer de elevar os calores da imaginação a alturas próximas do modelo. Como ilustração de uma forma de evolução desse processo, no caso alemão, somente os esforços de Gervinus foram capazes de postular uma poética específica da história, fundamentando-a como um campo distinto, como uma área de estudos separada dos estudos literários.³¹ Além do estilo, o conteúdo moral predominante no texto de Tito Lívio também exerceu grande poder sobre os historiadores do Antigo Regime. De fato, os textos de Maquiavel, de Bodin, de Bossuet e até os de Voltaire não destoam do modelo eternizado por Lívio.

Gênero literário por excelência ao longo dos séculos XVI e XVII, a história não se empenhou em explicitar os seus métodos. A exigência de utilização de provas eram difundidas apenas entre os eruditos, em minoria nas lides de narrar o passado. Por consequência da escassez ou da ausência de compartilhamento de normas consolidadas na investigação, tudo que vinha da lavra dos historiadores possuía algum grau de credibilidade, dispensando-se, portanto, remissões mais rigorosas às fontes. Naqueles tempos, uma narrativa histórica era sempre um livro construído à mar-

²⁶ Cf. ARIÈS, Philippe, *op. cit.*, 1989.

²⁷ GERVINUS, Georg G, in: ARIÈS, Philippe, *op. cit.*, p. 88.

²⁸ Ver CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

²⁹ Ver WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001 e GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998.

³⁰ Cf. HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1974.

³¹ Ver especialmente o texto *Fundamentos de teoria da história*, de 1837.

³² Cf. MONTAIGNE, Michel de. *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

³³ Ver GUSDORF, Georges. *L'éveil du sens historique*. In: *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960, p. 190.

gem de outros livros, cujo exemplo mais notório é mesmo o *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, divulgado por Maquiavel em 1519. Foi essa liberdade que permitiu a Montaigne zombar do pouco apuro dos historiadores de seu tempo, para ele nada além de tagarelas ocupados apenas em imitar os antigos. Não temos mais autores e assuntos originais, queixava-se o célebre filósofo francês, apenas glosadores que fanhoseiam temas já desgastados pela repetição. Mas é bom que se diga, Montaigne não poupou elogios a seu contemporâneo Jean Bodin que, segundo ele, era uma exceção à regra.³²

Em síntese, ao longo do Antigo Regime se escrevia história predominantemente por cima do que já havia sido dito por outros livros de história. Tomando Tucídides, Tito Lívio e Cícero como modelos retóricos, as preocupações predominantes nas narrativas históricas modernas eram florir os textos com belos períodos, injetando neles belas lições morais, para atrair e prender o interesse de seus leitores. Havia uma competição aberta pelo estilo, o que tornava o apuro com linguagem e sintaxe objetos de complexos bordados narrativos. Nos textos históricos modernos os antigos eram sempre um alvo a se considerar nessas disputas que, muito frequentemente, vinham embrulhadas em pesado latim, para deslumbrar e impressionar o pequeno mas seletivo público de leitores.

Como informa Georges Gusdorf, até fins do século XVIII e um pouco além, a história foi um gênero literário essencialmente fundado sobre a transmissão de uma narrativa de eventos estabelecida de uma vez por todas, e que se contentava por completar-se, de geração em geração, por meio da descrição dos sucessos recentes, e por alguns preciosismos de retórica.³³ Um presente e um futuro permanentemente fiéis ao passado, fixo e inalterável no campo de uma interpretação submissa ao cânone greco-romano. No terreno das tradições intelectuais da Época Moderna, essa foi uma forma de definir a expectativa pela perenidade dos valores morais. Foi assim que se consolidou uma forma de narrativa histórica destinada a durar séculos, porque nem mesmo o desenvolvimento da história científica, a partir dos finais do século XVIII e inícios do século XIX, mostrou-se capaz de destruí-la por completo.



Artigo recebido em outubro de 2012. Aprovado em dezembro de 2012